

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Administração Direta
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014

NOTA 1 – Contexto Operacional

O Município de Nova Ramada, entidade jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto pelo Gabinete do Prefeito, 07 Secretarias Municipais, 07 Fundos Especiais e o Poder Legislativo.

NOTA 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

NOTA 3 - Critérios na Elaboração das Demonstrações Contábeis e Informações Complementares
Receitas e Despesas

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG n.º 163 de 04/05/2001 e suas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas para 2013, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. As receitas foram registradas pelo seu valor total, e as deduções registradas nas respectivas contas redutoras de receitas. Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de competência para as receitas documentalmente conhecidas e as despesas foram registradas mediante à ocorrência de seus fatos geradores. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais ativas (aumentativas) e passivas (diminutivas).

Ativo e Passivo

Caixa e Equivalentes de Caixa: Representam às disponibilidades financeiras de recursos ordinários e vinculados da entidade, no valor total de R\$ 4.779.040,03.

Créditos a Curto Prazo: Os Créditos Tributários à Receber foram estimados com base no exercício anterior a razão de R\$ 360.000,00, e refere-se à Transferência Constitucional do FPM da

competência 2014, e os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, representam o somatório dos demais valores á receber, lançados por competência.

Dívida Ativa – Curto e Longo Prazos: A segregação da dívida ativa em curto e longo prazos foi realizada mediante informação do Setor de Tributação do município, com base em controles internos, referente a cadastros, dívidas e parcelamentos registrados em carteira. O curto prazo contempla os créditos inscritos com perspectiva de recebimento até doze meses da data das demonstrações contábeis, enquanto o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa.

Dívida Ativa – Ajuste a Valor Recuperável: Em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos em dívida ativa, utilizou-se no ajuste a valor recuperável a técnica sugerida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III, baseada no Histórico de Recebimentos Passados, cuja técnica é a seguir apresentada, em 4 passos:

Histórico de Recebimentos Passados

1º passo: constituiu-se o referido ajuste pela média percentual dos recebimentos totais (considerando o principal, multas e juros) ao longo dos últimos três exercícios, demonstrados nos quadros seguintes:

<i>Dívida Ativa Tributária</i>	2012	2013	2014
<i>A=Saldo Inicial da conta Dívida Ativa (total)</i>	49.641,53	42.472,84	45.141,93
<i>B=Recebimentos de Dívida Ativa (principal, multas e juros)</i>	20.240,65	11.395,07	7.927,10
<i>% de recebimentos</i>	40,77	26,83	17,56

<i>Dívida Ativa Não-Tributária</i>	2012	2013	2014
<i>A=Saldo Inicial da conta Dívida Ativa (total)</i>	482.623,89	506.970,40	563.941,67
<i>B=Recebimentos de Dívida Ativa (principal, multas e juros)</i>	77.748,26	53.372,52	39.077,97
<i>% de recebimentos</i>	16,11	10,53	6,93

2º passo: calculou-se a média percentual de recebimentos, ou seja, o êxito médio na arrecadação, nos seguintes termos:

Dívida Ativa Tributária: $(40,77\% + 26,83\% + 17,56) / 3 = 28,39\%$

Dívida Ativa Não-Tributária: $(16,11\% + 10,53\% + 6,93) = 11,19\%$

3º passo: obteve-se o percentual de frustração, como segue:

Dívida Ativa Tributária: $100\% - 28,39\% = 71,61\%$

Dívida Ativa Não-Tributária: $100\% - 11,19\% = 88,81\%$

4º passo: obtenção do montante recuperável:

Dívida Ativa Tributária

<i>1 – Saldo Global da Conta Dívida Ativa em R\$</i>	51.501,83
<i>2 – Valores Transferidos para o Curto Prazo em R\$</i>	8.700,00
<i>3 – Saldo Remanescente em R\$ (1 – 2)</i>	42.801,83
<i>4 – Índice da Provisão</i>	71,61%

5 – Valor da Provisão para Perdas da Dívida Ativa em R\$ (3 x 4)	30.651,38
6 – Valor Recuperável em R\$	20.850,45

Dívida Ativa Não-Tributária:

1 – Saldo Global da Conta Dívida Ativa em R\$	664.653,15
2 – Valores Transferidos para o Curto Prazo em R\$	49.350,00
3 – Saldo Remanescente em R\$ (1 – 2)	615.303,15
4 – Índice da Provisão	88,81%
5 – Valor da Provisão para Perdas da Dívida Ativa em R\$ (3 x 4)	546.457,57
6 – Valor Recuperável em R\$	118.195,58

O valor obtido no item 5 do 4º passo, representa o saldo da provisão para perdas em dívida ativa, no Balanço Patrimonial.

Estoques: Composto pelo Almojarifado existente para consumo e por Outros Estoques, que representa o estoque de medicamentos para distribuição. Os estoques são mensurados pelo preço médio ponderado das aquisições.

VPD Pagas Antecipadamente: Constituem-se das despesas apropriáveis no curso do exercício seguinte.

Investimentos: As Participações Permanentes compõem-se da participação em consórcio público, mensurado pelo método de equivalência patrimonial, e pela participação em empresa privada, mensurado pelo método de custo da aquisição.

Imobilizado: Os ativos imobilizados obtidos a título gratuito no exercício totalizaram R\$ 250.857,00, sendo mensurados pelo valor patrimonial definido nos termos de doação e por avaliação através de procedimento técnico na inaplicabilidade ou inexistência destes. Os demais ativos imobilizados estão demonstrados ao custo de aquisição e não estão sendo submetidos à depreciação, amortização ou exaustão.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo: Pessoal a Pagar representa o reconhecimento das provisões por competência, relativos à gratificação natalina, férias e encargos patronais, ajustados a valor presente, na data da apresentação das Demonstrações Contábeis.

Mudanças na Escrituração Contábil

A conta Clientes onde foram registrados os Créditos Tributários e Não-Tributários em 2013, foi adequada ao PCASP, passando a figurar em 2014 nas contas de Dívida Ativa. O Patrimônio Social, compreendido o Ativo Real Líquido da administração direta, conforme terminologia regrada pela Lei Federal 4.320/64, foi adequado ao PCASP em 2014, figurando em Superávits Acumulados de Exercícios Anteriores.

NOTA 4 - Superávit Financeiro, Créditos Adicionais e Transferências Financeiras

O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior foi utilizado na abertura de créditos adicionais, nas respectivas vinculações de recursos e dentro de seus limites disponíveis, conforme o seguinte demonstrativo:

Superávit Financeiro Utilizado	Crédito Adicional Suplementar	Crédito Adicional Especial
1.812.647,10	1.355.135,50	457.511,60

Os créditos adicionais abertos no exercício com indicação do superávit financeiro somaram o valor de R\$ 1.812.647,10; os créditos adicionais abertos com recursos provenientes do excesso de arrecadação atingiram o montante de R\$ 2.212.054,39, enquanto os cancelamentos de créditos no exercício alcançaram o montante de R\$ 1.215.244,86, influenciando o resultado orçamentário e alterando a situação orçamentária inicial de R\$ 11.000.000,00 para R\$ 15.024.701,49, atualizada. A execução da despesa orçamentária atingiu R\$ 11.256.866,57 no exercício.

Não foram reabertos créditos especiais e não houve créditos extraordinários no exercício.

As Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, no valor de R\$ 627.774,74, referem-se às movimentações relativas aos repasses à Câmara Municipal de Vereadores.

NOTA 5 – Planos Hierarquicamente Interligados

Metas dos Programadas

Permitindo a integração dos planos hierarquicamente interligados e comparando as metas anuais dos Programas de Governo, evidenciam-se as seguintes diferenças relevantes nas metas programadas em relação às respectivas execuções:

Descrição da Meta	Previsão Financeira	Execução Financeira	% Exec./Prev.
1.004-Aquisição/Renovação Veículos da Secretaria de Saúde	0,00	19.102,75	19.102,75
1.005- Aquisição/Renovação Veículos da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	0,00	55.000,00	55.000,00
1.007-Ampliação e Edificação de Espaços Públicos	90.000,00	0,00	0,00
1.008-Ampliação da Unidade de Saúde	0,00	28.947,70	28.947,70
1.009-Construção de Escola de Educação Infantil	40.000,00	0,00	0,00
1.010-Construção de Centro de Eventos	20.000,00	0,00	0,00
1.017-Construção e Reconstrução de Pontes e Bueiros	20.000,00	150.022,73	750,11
1.018-Construção e Instalação de Paradas de Ônibus	10.000,00	25.017,68	250,18
1.019-Abastecimento de Água	89.000,00	15.487,75	17,40
1.020-Infraestrutura de Transportes	20.000,00	352,00	1,76
1.027-Construção de Casas Urbanas	10.000,00	0,00	0,00
1.028-Patrolha Agrícola Municipal	10.000,00	30.150,00	301,50

1.029-Apoio à Associações/Cooperativas de Produtores Rurais	81.100,00	356.160,00	439,16
1.046-Construção de Escola de Ensino Fundamental	20.000,00	0,00	0,00
1.047-Construção de Casas Zona Rural	10.000,00	0,00	0,00
2.024-Manutenção de Veículos da Frota da Saúde	49.000,00	105.919,92	216,16
2.026-Manutenção de Veículos da Secretaria de Educ.,Cult.,Desp. e Turismo	13.000,00	20.738,98	159,53
2.033-Incentivo a Melhoria e Embelezamento da Cidade	36.000,00	0,00	0,00
2.036-Melhoramento e Manutenção de Pontes, Bueiros e Estradas	1.000,00	69.285,80	6.928,58
2.041-Manutenção dos Espaços Escolares	38.000,00	16.655,28	43,83
2.045-Manutenção da Educação Infantil – Pré-Escola	4.804,20	18.983,88	395,15
2.093-Reforma de Moradias Urbanas	10.000,00	4.019,73	40,20
2.133-Ações Através do CISA	238.000,00	419.528,95	176,27
2.136-Ações de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	69.572,55	133.425,07	191,78
2.141-Reforma de Moradias Zona Rural	10.000,00	31.277,01	312,77

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Crítérios adotados na análise: Valores inferiores a R\$ 8.000,00 considerados irrelevantes; Relevantes percentuais < de 50% e > de 150%; Não considerados os recursos de transferências voluntárias.

Metas de Resultado

Em relação às metas fiscais indicadas na Lei Municipal nº 1.239, de 30 de Outubro de 2013, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014, observou-se que a sua realização, em comparação com a respectiva programação, comportou-se da seguinte maneira:

Receita	Programado até o Período	Realizado até o Período	% Realiz./ Program.
Receitas Correntes	12.908.400,00	13.343.649,51	103,37
(-) Rendimentos de Aplicações	157.741,87	388.914,98	246,55
(-) Deduções da Receita Corrente	1.913.600,00	1.936.493,90	101,20
1 (=) Rec. Primárias Correntes	10.837.058,13	11.018.240,63	101,67
Receitas de Capital	5.200,00	1.543.377,54	29.680,34
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00	-
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	-
(-) Alienação de Ativos	0,00	0,00	-
2 (=) Rec. Primárias de Capital	5.200,00	1.543.377,54	29.680,34
3 Rec. Primárias Líquidas (1+2)	10.842.258,13	12.561.618,17	115,86
Despesa	Programado até o Período	Realizado até o Período	% Realiz./ Program.
Despesas Correntes	10.201.000,72	9.802.388,98	95,92
(-) Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	-
4 (=) Desp. Primárias Correntes	10.201.000,72	9.802.388,98	95,92

Despesas de Capital	743.999,28	1.454.477,59	138,63
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	-
(-) Aquis. Tít. Cap. Integralizado	0,00	0,00	-
(-) Amortização da Dívida	0,00	0,00	-
5 (=) Desp. Primárias de Capital	743.999,28	1.454.477,59	138,63
6 Desp. Primárias Líquidas (4+5)	10.945.000,00	11.256.866,57	102,85
7 Resultado Primário (3-6)	-102.741,87	1.304.751,60	-1.269,93
8 Saldos Exercícios Anteriores	-	1.812.647,10	-
9 Resultado Nominal	-	-1.418.239,70	-

Fonte: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2014.

A avaliação do desempenho desses dados foi objeto das audiências públicas quadrimestrais, dando cumprimento ao art. 9, §4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000.

Nelson Dallabrida
Prefeito em Exercício

Adriana Koller Höring
Contadora CRC/RS 56.893